PROJETO DE LEI Nº

, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015- Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1° Fica revogado o §6° do art. 1.003, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015- Código de Processo Civil.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

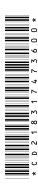
JUSTIFICAÇÃO

Para tanto, nos valemos da importante nota publicada na coluna Destaques, sob o título – Feriado Local- nos dias 18, 19, 20, 21 de novembro de 2017 no jornal Valor Econômico que irá fundamentar muito bem o nosso propósito de apresentar esta proposição.

Pedimos vênia para reproduzir na íntegra esta notícia:

"A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que a falta de comprovação prévia da tempestividade de recurso, em razão de feriado local, configura vício insanável e torna o recurso intempestivo. A questão era objeto de entendimentos divergentes na jurisprudência do STJ, embora a maioria dos julgados já tendesse a não admitir a comprovação do feriado local em momento posterior à interposição do recurso. A 4ª Turma decidiu levar um processo à Corte Especial (AREsp 957821) para que o colegiado pudesse definir de uma vez por todas qual interpretação deveria ser dada a artigo 1.029, parágrafo 3º, do Código de Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218317473600 Processo Civil (CPC) de 2015, no caso de feriado local. O dispositivo





Apresentação: 20/12/2021 10:57 - Mesa

estabelece que o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave. A maioria do colegiado acompanhou o voto divergente apresentado pela ministra Nancy Andrighi. Para ela, diferentemente do CPC/73, o novo CPC exige, de forma expressa, que a comprovação da ocorrência de feriado local seja feita no ato da interposição do recurso (artigo 1.003, parágrafo 6°).

A nota nos mostra claramente como o dispositivo deve ser suprimido e o esforço da Corte Especial do superior Tribunal de Justiça em obedecer o texto da Lei.

Ante o exposto, esperamos contar com o necessário apoio de nossos pares para nesta casa transformar em norma jurídica este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Carlos Bezerra

2009_2239_Carlos Bezerra

